

(Minuta)

MEMÓRIA DE REUNIÃO

5ª REUNIÃO DO GT PARA EFICIENTIZAÇÃO DE ENERGIA NAS EDIFICAÇÕES

DATA: 14-11-2006

LOCAL: Brasília – DF

PARTICIPANTES: Conforme Lista de Presença anexa

ASSUNTOS DISCUTIDOS E PROPOSTAS APROVADAS:

1 – ABERTURA: MME

A Sra. Laura Porto, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Energético do MME fez uma retrospectiva da atuação do GT, desde a primeira reunião, em fevereiro de 2003, a retomada dos trabalhos em dezembro de 2005, e a realização de três reuniões em 2006. Ela propôs um balanço do projeto como um todo. Agradeceu ao PROCEL EDIFICA, avaliando de positivamente a organização e atuação da Secretaria Técnica.

Laura Porto informou que pela primeira vez o tema da Eficiência Energética será incluído no PNE.

O Coordenador do GT, Paulo Augusto Leonelli, apresentou o Sr. Frederico Marinho, do CONPET, informando que está sendo finalizado o Planejamento Estratégico do programa.

2 – ASSUNTOS DISCUTIDOS

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO ANTERIOR

Aprovada Memória da 5ª Reunião.

APRESENTAÇÃO DA CAIXA

O Sr. João Carneiro, da CAIXA, fez apresentação sobre a estrutura organizacional da empresa e sua atuação em Desenvolvimento Urbano e protocolo de intenções entre a ELETROBRAS e a CAIXA, desde 2004, na área de eco-eficiência. A apresentação foi disponibilizada aos interessados.

AQUECEDORES SOLARES

Sobre a utilização de aquecedores solares de água, o Sr. João Carneiro informou que embora haja linhas de financiamento para a faixa de renda de até seis salários mínimos, o uso desta fonte de energia ainda depende de subsídio. Isso decorre da limitada capacidade de pagamento para que o investimento tenha retorno viável.

A Sra. Laura Porto informou que o MME contratou um consultor para avaliar o potencial térmico solar e sugeriu que este consultor entre em contato com o GT e com a CAIXA para conjugar esforços e repassar suas conclusões.

O Sr. George Soares, da ELETROBRÁS/PROCEL, indagou que ações seriam necessárias para que a utilização de aquecedores nos projetos da CAIXA torne-se uma realidade.

A Sra. Maria Salete Weber, MCIDADES, considerou que falta definir a política dos ministérios nesse sentido, definindo-se assim as prioridades e a origem dos recursos. Ela considera necessário elaborar uma proposta, identificar a quem deve ser encaminhado, para que sejam tomadas ações efetivas de implantação.

A Sra. Laura Porto considerou que esta ação deverá envolver o MME, a Casa Civil e o MCIDADES.

O Sr. Aurélio Farias, MME, concordou que esta deve ser uma política de governo, sobretudo neste momento em que se fala em investimento para promover crescimento econômico, o que só é possível se houver energia disponível

O Prof. Roberto Lamberts considera que além do aquecimento solar, deve ser incluído, nessa política, o fornecimento de geladeiras.

A Sra. Ana Lucia considera que o que falta é a definição de quem arcará com os custos do setor de mais baixa renda.

A Sra. Maria Salete considerou que há duas alternativas de encaminhamento do assunto:

- O caminho ascendente: começando pela implantação de uma linha de financiamento para uma faixa salarial, sem que isso seja parte de uma política maior.
- Uma articulação mais pesada, colocando-se a necessidade urgente de neste momento atuar na eficiência energética, mostrando os riscos de uma crise energética, apagão, etc. Neste caso, haveria o envolvimento do Ministério da Fazenda, também.

O Sr. Paulo Leonelli considera que este é um momento de transição, havendo a possibilidade de alteração nos ministérios, não sendo um bom momento para apresentação desta proposta.

O Sr. George Soares considera que esta articulação mais pesada é mais complicada, sendo favorável à primeira sugestão, o caminho ascendente, através da adoção de uma ou duas ações bem definidas.

O Sr. Aurélio Faria colocou que uma política envolve articulação de diversos programas de diferentes ministérios. Envolve decisões relativas à política de governo, tendo metas e recursos definidos. Ele considera que não se deve esperar a mudança ministerial e sim, que ao assumir o novo ministério, a política já esteja pronta. Ele acha que esta discussão deve ser sistematizada dentro do GT, através da definição dos alvos, dos recursos, dos impactos, dos ganhos e dos agentes.

O Sr. João Carneiro, CAIXA, colocou que gostaria que as medidas propostas não ficassem restritas ao PAR, mas que envolvessem todos os programas de baixa renda. Em seguida, encerrou a apresentação enumerando as próximas ações previstas e citou a Oficina de Sensibilização para os gerentes e técnicos da CAIXA, a ser realizada, com o apoio do PROCEL EDIFICA, em dezembro de 2006.

O Sr. Paulo Leonelli finalizou a apresentação da CAIXA, afirmando que estava clara a necessidade de uma política de eficiência energética, para o setor habitacional como um todo, não se restringindo aos aquecedores solares. Ele considera que a vertente CAIXA é o caminho para se chegar a essa política.

Apresentação do INMETRO

O Sr. Leonardo Rocha, INMETRO, fez uma apresentação sobre a metodologia de avaliação de conformidade, que seria submetida à validação pelo GT.

O Sr. Almir Fernandes, IAB, perguntou se a avaliação seria pontual ou ao longo do tempo. O GT decidiu que será pontual.

A Sra. Ana Lúcia, IBAM, perguntou se apenas os laboratórios de universidades poderiam realizar as avaliações ou se consultores independentes poderiam ser acreditados. O GT decidiu que apenas pessoas jurídicas poderiam efetuar auditorias, por haver, desta forma, maior capacidade de controle do processo.

Em princípio, decidiu-se que o procedimento iniciará com a preparação de um laudo, por um engenheiro ou arquiteto, que o encaminharia para o GT Edificações.

Outros Assuntos

Sobre a inserção do GT Edificações dentro do PBQP-H, a Sra. Salete argumentou que a forma de atuação do PBQP-H é de discussão técnica dentro das comissões, as quais são, geralmente, tripartites, com o setor da construção civil sempre atuante. Já as decisões ou a regulamentação, são feitas por meio de portarias interministeriais, ou seja, em nível de governo.

SIAC: Sistema de Avaliação de Conformidade das construtoras.

CTECH – abriga o PBQP-H e outros programas. Atualmente o CTECH está sendo presidido pelo setor privado, pela Associação Nacional dos Revendedores da Construção Civil. Acordou-se que o GT verificaria a portaria de criação do CTECH.

O Sr. Aurélio Faria acha que, quando houver uma proposta concreta, ou seja, uma regulamentação concluída, esta deverá ser apresentada num seminário ao setor da construção civil. Ele acha que sobre a questão da obrigatoriedade da certificação, também é necessário definir uma agenda e um cronograma.

O Sr. George Soares indicou a importância de se apresentar a regulamentação e observar a aceitação do público alvo, no caso, os construtores de grandes edifícios comerciais. O CBIC é um colegiado de todo o setor da Construção Civil e o Sr. Luis Fernando, do MDIC, será o interlocutor dentro do CBIC.

Encerramento

O coordenador do GT-Edificações, Paulo Leonelli, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.